

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018
RESOLUÇÃO TC nº 046 DE 21/12/2018 – ANEXO VIII - ITEM 16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Documento Assinado Digitalmente por: IRACEMA OLIVEIRA SILVA A. MARCOS CIELINO LORETO
Acesse em: <https://e.cepe.tc.br/>
Código de Verificação: 9312799-5-d106-46-480-42b8-c85b10510

1- Informações Gerais

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, órgão de controle externo, integrante da Administração Pública do Estado de Pernambuco, com autonomia administrativo-financeira assegurada pela Constituição Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.435.633/0001-49, com sede localizada à Rua da Aurora, nº 885, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.050-910 exerce o controle externo da Administração Pública auxiliando os Poderes Legislativos Estadual e Municipais, e tem como funções: julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das suas entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipal.

Em 2018, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) alcançou os seguintes resultados de suas atividades que refletem a efetividade de sua atuação enquanto instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública, a defesa do interesse social e o combate à corrupção, em benefício da sociedade:

Os Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo totalizaram **R\$ 89.523.325,37** sendo: **R\$ 15.513.143,25**, decorrentes dos débitos estaduais e municipais imputados, **R\$ 4.933.570,32**, resultantes das multas estaduais e municipais imputadas. Adicionalmente, a economia potencial gerada pela atuação preventiva da atuação concomitante, especialmente na análise dos processos licitatórios, importou em **R\$ 69.076.611,80**.

Em 2018 o Tribunal julgou **13.037** processos, sendo **11.197** processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR) e **1.840** processos das demais modalidades (-APR).

Houve definição na 7ª Reunião Administrativa do Conselho deste Tribunal, realizada em 20 de agosto de 2018, registrada em Ata publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas em 13 de setembro de 2018, pela extinção da unidade gestora FAPRE (Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento do TCE/PE), e transferências dos valores para unidade gestora TCE-PE. A partir desta incorporação, os recursos do FAPRE serão registrados pela UG TCE, mantendo as mesmas características de sua Lei de criação.

2 - Resumo das políticas contábeis significativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotadas no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais foram elaborados em novos modelos, com base nas orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, publicadas pela STN.

As Instruções de Procedimentos Contábeis são publicações de caráter técnico e orientador, com o objetivo de dar o suporte aos profissionais de contabilidade a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor



As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes nas contas Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

2.2 - Créditos e valores a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE. Os riscos de recebimentos de dívidas são estimados e reconhecidos em contas de ajustes, as quais se apresentam como redutoras das contas originais. Os Ajustes de Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídos pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As constituições e atualizações de ajustes são refletidas em contas de variações patrimoniais.

2.3 - Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Referem-se aos bens de consumo utilizados nas atividades operacionais e administrativas do TCE. Já o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o artigo 106, inciso III da Lei 4.320/64.

2.4 - Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Representam os valores registrados neste grupo de contas, que serão apropriados às Variações Patrimoniais Diminutivas nos períodos subsequentes, pela ocorrência dos respectivos fatos geradores, de acordo com o princípio da competência.

2.5 - Imobilizado

O ativo imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

As taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – BENS MÓVEIS	Taxa de depreciação
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	20%
Bens de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	20%
veículos	20%



(a) Refere-se a bens advindos do antigo plano de contas, a serem reclassificados nas devidas contas contábeis, após análise detalhada do setor que controla os bens móveis (DIPA).

Em relação aos bens imóveis, devido à reavaliação das edificações, cada imóvel tem sua própria taxa de depreciação, de acordo com o respectivo laudo de reavaliação.

2.6 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado pelo avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo software.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

2.7 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuições previdenciária patronal para o regime de previdência próprio do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, bem como para o INSS, além das férias a pagar e obrigações financeiras com licença-prêmio a pagar.

2.8 - Fornecedores, contas a pagar e obrigações fiscais a curto prazo

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.9 – Demais obrigações a curto prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e das obrigações junto aos fornecedores, feitas pelo TCE-PE em favor de terceiros.

2.10 - Provisões sobre folha de pagamento

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais, incluindo os encargos deles decorrentes, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público.

São calculados proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e a remuneração que o mesmo percebe. Estão segregadas em circulante (obrigações efetivas) e não circulante (obrigações proporcionais ao período de competência, porém, somente materializadas após a aquisição do efetivo direito pelos servidores).

3 - Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis



3.1 – Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas e despesas realizadas do TCE em relação ao exercício de 2018.

As receitas orçamentárias são reconhecidas quando arrecadadas, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As receitas previstas e as despesas fixadas representam o orçamento inicial e estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual.

As receitas realizadas compreendem as aplicações financeiras, multas administrativas e outras receitas que eventualmente ocorram no exercício. Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário publicado, não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo.

As despesas realizadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários, compreendendo aquelas empenhadas e liquidadas e pagas, por categoria econômica.

O balanço orçamentário do TCE-PE é parte integrante da consolidação geral realizada pelo Estado, aliada ao fato de que a grande relevância da execução orçamentária é operacionalizada através de repasse ocorridos pelo governo, acarretando desequilíbrio e déficit orçamentário no demonstrativo obtido no sistema E-fisco.

Neste sentido, de modo a permitir uma visualização adequada das previsões e dotações orçamentárias iniciais e suas respectivas atualizações, apresentamos o quadro abaixo:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	9,869,000.00	9,869,000.00	9,380,615.31	(488,384.69)
Receita Patrimonial	9,869,000.00	9,869,000.00	5,836,928.56	(4,032,071.44)
Outras Receitas Correntes	-	-	3,543,686.75	3,543,686.75
Receitas de Capital (II)	-	-	55,930.06	55,930.06
Alienação de Bens	-	-	55,930.06	55,930.06
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEI (IV) = (I + II + III)	9,869,000.00	9,869,000.00	9,436,545.37	(432,454.63)
Operações de Crédito/ refinanciamento (V)		-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	9,869,000.00	9,869,000.00	9,436,545.37	(432,454.63)
Déficit (VII)			365,763,439.40	365,763,439.40
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	9,869,000.00	9,869,000.00	375,199,984.77	365,330,984.77
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Créditos Adicionais)				
Superávit financeiro		9,460,000.00		
Reabertura de créditos adicionais				



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (IX)	395,962,000.00	385,180,000.00	369,638,617.66	369,638,617.66	368,013,557.84	15,541,882.34
Pessoal e Encargos Sociais	311,500,000.00	298,361,300.00	293,634,797.80	293,634,797.80	293,410,092.65	4,726,502.20
Juros e Encargos da Dívida						-
Outras Desp. Correntes	84,462,000.00	86,818,700.00	76,003,819.86	76,003,819.86	74,603,465.19	10,814,884.14
Despesas de Capital (X)	5,510,000.00	9,288,000.00	5,561,367.11	5,561,367.11	5,209,067.11	3,726,632.89
Investimentos	5,510,000.00	9,288,000.00	5,561,367.11	5,561,367.11	5,209,067.11	3,726,632.89
Reserva de Contingência (XI)						
Reserva do RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	401,472,000.00	394,468,000.00	375,199,984.77	375,199,984.77	373,222,624.95	19,268,015.23
Amortização da dívida/Refinanciamento (XIV)						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+XIV)	401,472,000.00	394,468,000.00	375,199,984.77	375,199,984.77	373,222,624.95	19,268,015.23
Superávit (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	401,472,000.00	394,468,000.00	375,199,984.77	375,199,984.77	373,222,624.95	19,268,015.23

3.1.1 - Movimentações orçamentárias e intra-orçamentárias

A execução do orçamento no presente exercício, contemplando as transferências financeiras recebidas (duodécimo) e as transferências Concedidas (acordo junto ao Poder Executivo) foi a seguinte:

Receitas Orçamentárias Realizadas (a)	Transferências financeiras Recebidas (b)	Transferências Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Superávit (a+b-c-d)
9.380.615,31	373.510.999,96	0	375.199.984,77	24.772.894,94
0,00	17.081.264,44	0	0,00	
9.380.615,31	390.592.264,40	0	375.199.984,77	24.772.894,94

Fonte: Sistema e-Fisco

Foram utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício de 2018, no montante de R\$ 9.460.000,00 (fonte de recursos 0101), para abertura de Créditos Orçamentários Suplementares, sendo utilizados para custear parte das despesas empenhadas no exercício.

O valor estabelecido para recebimento dos duodécimos do exercício foi R\$ 391.602.999,96, que em virtude de acordo com o Governo do Estado (por conta de ajuste de convênio entre as partes), foi deduzido em R\$ 18.092.000,00 acarretando em Transferências Financeiras líquidas recebidas de R\$ 373.510.999,96; adicionalmente, ocorreu o ingresso de de R\$ 17.081.264,44, resultante do encerramento da unidade gestora FAPRE (UG 020002), valor originalmente recebido na fonte 0115000000, repassado ao TCE (UG 020001).

Em relação às despesas empenhadas citadas acima, ficou registrado o valor total de R\$ 2.058.706,43 como restos a pagar, sendo R\$ 81.346,61 ainda relativo ao exercício de 2017 e R\$ 1.977.359,82 , pertencente ao exercício de 2018.

3.2 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de

Documento Assinado eletronicamente por: ISAAC DE OLIVEIRA FABRA, MARCOS COELHO LORRETO
Código do documento: 9312293-dbl6-4080-a2b8-485b70cd5104

natureza extra-orçamentária, conjugadas como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior aos que se transferem para o exercício seguinte.

A receita orçamentária ordinária está composta dos seguinte valores:

Descrição	Exercício atual (a)	Exercício anterior (b)	Diferença(c) = (a-b)
Receita Patrimonial	5.836.928,56	7.372.786,23	(1.535.857,67)
Outras Receitas Correntes	3.543.686,75	4.261.075,14	(717.388,39)
Alienação de Bens Móveis	55.931,06	535.516,49	(479.586,43)
TOTAL	9.436.545,37	12.169.377,86	(2.732.832,49)

Fonte: Sistema e-Fisco

A receita patrimonial do Tribunal de contas é resultante, em sua relevância, dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras.

Em relação às Receitas Patrimoniais do exercício de 2018, percebe-se uma redução de 20% relação ao ano anterior, reflexo de uma devolução de R\$ 27.000.000,00 ao Governo do Estado. A situação supracitada, embora ocorrida no final do ano de 2017, acarretou em decréscimo no volume de recursos disponíveis para aplicação, aliada à própria redução na remuneração das taxas praticadas pelos bancos.

O valor registrado em "Outras Receitas Correntes", em sua relevância, se refere ao convênio de cessão de pessoal firmado com o Governo do Estado (R\$ 3.442.964,61);

3.2.1 - Valor ajustado do balanço financeiro

O balanço financeiro apresenta o valor total de R\$ 1.596.182.686,22, valor incompatível com o orçamento aprovado neste exercício, no valor de R\$ 401.472.000,00.

Tal fato decorre da existência de algumas contas contábeis que não correspondem ao efetivo ingresso de recursos, conforme a tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
Total Ingressos conforme balanço financeiro do e-fisco	1.596.182.686,22
Rec Extra Orçam.- Depósitos restituíveis e valores vinculados (a)	-256.007.347,47
Rec Extra Orçam.- Outros recebimentos extraordinários (b)	-852.200.329,56
Total ajustado dos ingressos conforme balanço financeiro - E-Fisco	487.975.009,19

DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
Total Dispêndios conforme balanço financeiro do e-fisco	1.596.182.686,22
Pag. Extr Orçam - Depósitos restituíveis e valores vinculados (a)	-253.356.526,26
Pag. Extr Orçam - Outros pagamentos extraordinários (b)	-852.200.329,56
Total ajustado dos dispêndios conforme balanço financeiro - E-Fisco	490.625.830,40

a) Os saldos ao final de 2018 destes agrupamentos (Receitas e Despesas Extra Orçamentárias, dos



Depósitos restituíveis e valores vinculados), correspondentes aos lançamentos nas contas contábil controle, estão abaixo apresentados (em R\$):



Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO LORETO
Acesse em: <https://e.fisco.gov.br/epi/validaDocumento.htm> Código do documento: 93122093-dbl6-480-a2b8-45b0cd5104

Conta Contábil	Descrição	Valor retenção	Valor recolhimento	Saldo a pagar
8.9.8.1.1.01.01	CONSIGNAÇÕES DA FOLHA, EXCETO PARA O FUNAFIN	89.483.512,23		
8.9.8.1.2.01.01	CONSIGNAÇÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO, EXCETO FUNAFIN		88.737.624,84	745.887,30
8.9.8.1.1.01.02	CONSIGNAÇÕES PARA O FUNAFIN	29.458.845,26		
8.9.8.1.2.01.02	CONSIGNAÇÕES PARA O FUNAFIN		29.458.845,26	0,00
8.9.8.1.1.01.22	INSS DE TERCEIROS/PF	4.822,33		
8.9.8.1.2.01.22	INSS DE TERCEIROS/PF		4.658,87	163,46
8.9.8.1.1.01.23	INSS DE TERCEIROS/PJ	1.724.762,11		
8.9.8.1.2.01.23	INSS DE TERCEIROS/PJ		1.892.504,07	-167.741,96
8.9.8.1.1.01.32	IR DE TERCEIROS	222.340,51		
8.9.8.1.2.01.32	IR DE TERCEIROS		217.866,14	4.474,37
8.9.8.1.1.01.51	ISS DE TERCEIROS	1.003.718,76		
8.9.8.1.2.01.51	ISS DE TERCEIROS		1.058.723,92	-55.005,16
8.9.8.1.1.03.01	DEPÓSITOS DIVERSOS	99.682.600,68		
8.9.8.1.2.03.01	DEPÓSITOS DIVERSOS		99.187.414,46	495.186,20
8.9.8.1.1.11.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	26.692.922,98		
8.9.8.1.2.11.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		26.736.903,21	-43.980,23
8.9.8.1.1.11.08	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	7.733.822,61		
8.9.8.1.2.11.08	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		6.061.985,49	1.671.837,12
8.9.8.1.1.11.18	VALORES PENDENTES REALIZÁVEIS	6.775,63		
8.9.8.1.2.11.18	VALORES PENDENTES REALIZÁVEIS		6.775,63	0,00
		256.014.123,10	253.363.301,89	2.650.821,21

b) Os lançamentos registrados nas rubricas de Receitas e Despesas Extra-orçamentárias - Outros Recebimentos e Outros Pagamentos Extraorçamentários decorrem das contas de controle relativas aos depósitos de folha de pagamento, ordens bancárias em trânsito e valores pendentes realizáveis, que embora atenda aos fins de controle pretendidos, não traduzem a real movimentação financeira, sendo apenas uma movimentação estritamente contábil.

3.3 - Balanço Patrimonial

3.3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas neste grupo está apresentada a seguir:

contas	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Caixa e Bancos	134.485,76	1.870.051,25	-92,81
Aplicações Financeiras	113.421.839,28	84.098.787,35	34,87
TOTAL	113.556.325,04	85.968.838,60	32,09

Fonte: Sistema e-Fisco



A Variação no total das disponibilidades ocorreu, em maior relevância, pelo ingresso de R\$ 17.081.264,44, resultante do encerramento da unidade gestora FAPRE (UG 020002), valor originalmente recebido na fonte 0115000000, repassado ao TCE (UG 020001). Ocorreu no período o recebimento de parte dos valores decorrentes do Convênio de cessão de pessoal do Poder Executivo Estadual, além da geração de superávit financeiro de R\$ 7,7 milhões em 2018.

3.3.2 - Créditos a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE, valores a serem ressarcidos por outras Instituições Públicas em decorrência da cessão de pessoal, e, dos créditos a receber resultantes de imputação de multas a gestores públicos e respectiva estimativa de perdas. A seguir, demonstramos o quadro:

Contas	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH (%)
Convênio de cessão de pessoal	4.576.834,19	8.104.170,79	-43,52
Adiantamento férias	2.981.336,23	2.918.356,99	2,16
Créditos - imputação de multas	31.795.978,24	0	100,00
Estimativa de perdas - créditos imputação multas	-21.018.040,73	0	100,00
Outros adiantamentos	21.168,14	329.186,97	-93,57
TOTAL	18.357.276,07	11.351.714,75	61,71

Fonte: Sistema e-Fisco

A conta de Convênio de cessão de pessoal apresentou redução expressiva, em virtude dos recebimentos ocorridos em 2018. O valor atual corresponde, em sua relevância, aos créditos a receber do convênio com a Prefeitura do Recife.

As contas correspondentes aos Créditos e Estimativas de perdas com imputação de multas, aplicadas aos jurisdicionados por irregularidades no julgamento dos processos pelo TCE e respectiva estimativa de ajuste para perdas, foram originadas da incorporação da UG FAPRE pelo TCE.

3.3.3 - Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição em conformidade com o inciso III do artigo 106 da Lei 4320/64. O saldo desta conta é o seguinte:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	AH (%)
Almoxarifado	365.667,70	474.012,55	-22,86

Fonte: Sistema e-Fisco

É oportuno considerar alguns aspectos relacionados à composição desse saldo, conforme detalhamento abaixo:

- O ASI - Solução Integrada de Administração é o sistema utilizado pelo TCE-PE para o acompanhamento dos estoques. Há situações neste sistema que não permitem uma adequada compatibilização com o saldo obtido no sistema e-fisco, tais como:
 - Existência de itens controlados pelo ASI que se referem a contratos com empresas fornecedoras de impressoras e dos respectivos insumos necessários cujos estoques em nosso poder são a elas pertencente. Esta situação acarreta distorções na totalização dos relatórios de movimentação do almoxarifado, emitidos pelo ASI, embora atualmente estas movimentações sejam controladas em conta específica, havendo apenas a necessidade de excluí-las do total geral do almoxarifado.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS COELHO LORRITO
Assinado em: 2018/08/28 10:58:58
Código do documento: 93127993-d116-40800-2b18-c85b10cd511e



b) Houve a realização do inventário físico restrito aos itens do almoxarifado central na data 31/12/2018.

Diante das considerações supracitadas, os saldos finais em 31/12/2018 foram os seguintes:

Descrição	Valor (R\$)
Inventário físico (almoxarifado central) realizado em 31/12/2018	379.140,00
(-) Material de terceiros	-14.588,28
(+) Lançamento no e-fisco não registrado no ASI	1.115,98
Valor do almoxarifado conforme e-fisco	365.667,70

Fonte: Sistemas informatizados ASI e e-Fisco

3.3.4 - Imobilizado

3.3.4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCE-PE em 31/12/2018 estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

BENS MÓVEIS	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2.359.330,19	2.103.880,60	12,1
Bens de informática	6.596.363,46	5.046.692,57	30,7
Móveis e utensílios	5.436.203,89	5.289.395,38	2,8
Materiais culturais, educ. e de comunicação (a)	687.650,68	659.875,77	4,2
Veículos	2.871.806,34	2.731.701,43	5,1
Bens móveis a alienar (b)	20.843,77	0,00	100,0
Bens móveis a classificar até 2013 (c)	138.672,30	250.534,42	-44,6
(-) Depreciação acumulada de bens móveis	(15.301.159,77)	(13.284.684,77)	15,2
Total	2.809.710,86	2.797.395,40	0,4

Fonte: Sistema e-Fisco

- Esta conta controla em sua preponderância o acervo da biblioteca e possui um módulo específico de controle patrimonial, em desenvolvimento, restando a implantação do módulo financeiro.
- Este saldo, correspondente a 0,74% do saldo final deste grupo, se tratando de uma impropriedade de classificação contábil a ser ajustada em 2019.
- Refere-se a bens advindos do antigo plano de contas, que vêm progressivamente sendo reclassificados para as devidas contas contábeis, após análise detalhada do setor que controla os bens móveis (GEMP), sendo perceptível o êxito deste trabalho, através da redução do saldo em relação ao ano anterior.

Excetuando a conta Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação. O TCE possui um sistema informatizado de controle e acompanhamento dos bens patrimoniais denominado ASI.

Considerando que estamos num processo progressivo de regularização das diferenças entre o saldo do E-Fisco (saldo contábil) e o Saldo do ASI (saldo extra-contábil), que ainda persistem, apresentamos a posição consolidada (excetuando-se a Conta referente à nota a), na data de 31.12.2018 :



Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO LORETO
 Aceite em: https://e-icepe.org.br/pp/validaDoc.seam?codigo_documento: 98127993-dbl16-4080-a2b8-c85b10cd5118

DETALHAMENTO	Saldo em R\$		
	E-FISCO	ASI	Diferença
Custo corrigido consolidado	17.423.219,95	18.805.556,24	(1.382.336,29)
(-) Depreciação Acumulada	(15.301.159,77)	(15.488.201,03)	187.041,29
Total	2.122.060,18	3.317.355,21	(1.195.295,03)

Fonte: Sistema e-Fisco e sistema ASI (exceto o saldo da conta Materiais culturais, educ. e de comunicação)

Todos os saldos estão conciliados. É oportuno registrar que há projeto a ser executado e concluído em 2019, destinado a criar os procedimentos que irão solucionar as divergências entre o E-Fisco e os sistemas de controle patrimonial do TCE.

3.3.4.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do TCE-PE em 31/12/2018 estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição – BENS IMÓVEIS	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Edificações em geral	90.474.223,35	84.517.302,85	7,0
Terrenos sem edificações	4.610.000,00	4.610.000,00	0,0
Bens imóveis - obras em andamento a classificar	15.230.724,87	18.937.210,21	-19,6
Instalações	362.640,29	115.640,29	213,6
Bens imóveis	13.300,00	13.300,00	0,0
Total	105.648.414,43	107.278.051,86	-1,5

Fonte: Sistema e-Fisco

O saldo da conta de depreciação acumulada de bens imóveis corresponde aos registros relativos aos 12 imóveis de propriedade do TCE.

Esta variação expressiva registrada este exercício na Conta de Depreciação acumulada, é resultante da atualização de registros relativos aos exercícios anteriores, decorrentes da reavaliação de ativos ocorrida em 2014. O saldo atual reflete o adequado enquadramento das premissas utilizadas nos laudos de reavaliação, com base na tabela de ROSS-HEIDECKE, que sinaliza o cálculo da depreciação registrado pelo TCE, considerando-se os fatores correspondentes ao tempo de vida útil e o estado de conservação de cada um destes bens.

3.3.4.3 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. Os saldos das contas contábeis são os seguintes:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Softwares em uso	2.511.375,40	2.224.069,42	12,92
Softwares em desenvolvimento	1.551.991,51	1.259.533,71	23,22
(-) amortização acumulada de bens intangíveis	-1.911.157,51	-1.327.304,73	43,99
TOTAL	2.152.209,40	2.156.294,40	-0,19

Os acréscimos nas contas do custo corrigido correspondem nas aquisições de software ocorridas no exercício; considerando que as taxas praticadas de amortização foram estimadas, em sua maioria, em 20%

ao ano, a variação na conta de amortização acumulada no percentual de 23% demonstra razoabilidade.



Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS SOBRINHO LORETO
Acesse em: <https://e-icpepe.ce.br/epp/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:93127993-9116088-a2b8-c8510e-8e804>

3.3.5 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo

As Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do TCE-PE em 31/12/2018 estão distribuídas em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Descrição	Exercício Atual (R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Férias a pagar	29.433.186,47	27.934.149,76	5,37
Férias a pagar - abono	3.180.457,85	2.866.679,37	10,95
Encargos sobre férias	10.714.513,96	9.878.748,18	8,46
Licença prêmio vencida PC	144.865.956,05	10.055.827,90	1.340,62
Encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	47.455.447,24	0	100,00
Outras obrigações	160.736,32	142.191,79	13,04
TOTAL	235.810.297,89	50.877.597,00	363,49

Fonte: Sistema e-Fisco

As contas que registram as informações referentes às férias e abonos, além dos encargos correspondentes, totalizam R\$ 43.328.158,28, e correspondem à posição obtida do Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

As contas que registram as informações referentes à licença-prêmio e seus encargos correspondentes, totalizam R\$ 192.321.403,29, e correspondem à posição obtida do Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

Esta variação apresentada neste agrupamento decorre da mudança de entendimento sobre a classificação contábil, à luz do CPC 25, que neste exercício de 2018 passou a contemplar as contas relativas às obrigações financeiras com licença prêmio consideradas como líquidas e certas .

3.3.6 - Provisões a Curto Prazo

As provisões de curto prazo, tiveram os seguintes valores no exercício de 2018:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Provisão de licença prêmio	0	125.702.995,97	-100,00
Provisão de encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	0	45.013.787,78	-100,00
TOTAL	0	170.716.783,45	-100,00

Fonte: Sistema e-Fisco

Diante da mudança de entendimento sobre a classificação contábil, à luz do CPC 25, os saldos das provisões de licença-prêmio e encargos correspondentes estão classificados como demais obrigações a curto prazo, em virtude de se tratarem de obrigações com valores líquidos e certos.



3.3.7 - Demais obrigações a curto prazo

Correspondem às seguintes obrigações decorrentes de retenções feitas pelo TCE-PE junto à Folha de Pagamento dos servidores e de pagamentos de fornecedores:

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Imposto de renda retido sobre a folha de pagamento	10.142.531,74	9.604.991,62	5,60
Contribuições de outros poderes a repassar (FUNAFIN)	5.680.948,49	5.186.146,90	9,54
Outras obrigações de curto prazo	1.822.090,07	1.621.861,29	12,35
Total	17.645.570,30	16.412.999,81	7,51

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.8 - Provisões a Longo Prazo

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de licença-prêmio em formação, cujo direito não foi plenamente integralizado; correspondem à posição obtida do Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

Descrição	Exercício Atual(R\$)	Exercício Anterior(R\$)	AH(%)
Provisão de licença prêmio	45.744.421,77	45.301.783,29	0,98

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.9 - Patrimônio Líquido

A composição do Patrimônio Líquido é a seguinte:

Descrição	Exercício		AH(%)
	Exercício Atual(R\$)	Anterior(R\$)	
Ajustes de avaliação patrimonial	324.194,82	324.194,82	0,00
Resultado do exercício	20.702.961,59	14.945.516,04	38,52
Déficits de exercícios anteriores	-75.377.913,17	-90.322.529,21	-16,55
Ajustes de exercícios anteriores	-3.835.347,01	-900,00	426.049,67
TOTAL	-58.186.103,77	-75.053.718,35	-22,47

Fonte: Sistema e-Fisco

O resultado superavitário do exercício decorreu, em sua relevância, da incorporação patrimonial da UG FAPRE no valor de R\$ 25.346.367,76 .

3.3.10 - Composição de atributos "F" e "P"

De acordo com § 1o do art. 6º da Resolução TCE nº 46/2018, apresentamos o quadro analítico decompondo os saldos parciais "F" e "P" de todas as linhas informadas no Balanço Patrimonial, bem como o quadro analítico decompondo os saldos parciais "F" e "P" de todas as linhas informadas no Balanço Patrimonial.

(-) Pessoal e Encargos	-348.138.187,30	-528.390.650,45	100,00
(-) Benefícios previdenciários e assistenciais	-5.991.427,62	0	99,99
(-) Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	-31.398.404,94	-28.573.285,12	90,81
(-) Transferências e delegações concedidas	-326.134,00	-7.726.741,49	-95,56
(-) Desvalorização e perdas de ativos e incorp. de passivos	-291.268,01	-315.265,74	-7,75
(-) Tributárias	-148.233,32	-124.854,94	18,7
(-) Outras variações patrimoniais diminutivas	-22.721.466,14	-549.468,90	4,0351
TOTAL	-4.643.406,17	14.945.516,04	-131,00

Fonte: Sistema e-Fisco

O resultado final deste demonstrativo não expressa a realidade das movimentações ocorridas no exercício. O evento do registro da incorporação patrimonial da UG FAPRE no valor de R\$ 25.346.367,76, embora tenha produzido efeitos no patrimônio líquido, não contemplou os efeitos na demonstração de variações patrimoniais, acarretando a subavaliação do resultado final apresentado. (O valor correto seria de R\$ 20.702.961,59 ao invés de - R\$ 4.643.406,17).

As respectivas variações estão analisadas a seguir:

3.4.1 - Variação Patrimonial Aumentativa

3.4.1.1 - Transferências e delegações recebidas

O valor total sinalizado para recebimento dos duodécimos no exercício foi R\$ 391.602.999,96 acrescidos ao ingresso de R\$ 17.081.264,44, resultante do encerramento da unidade gestora FAPRE implicaria num total de R\$ 408.684.264,40.

No entanto, por conta da dedução de R\$ 18.092.000,00 no montante estabelecido para recebimento dos duodécimos, em virtude de acordo com o Governo do Estado, o valor efetivamente recebido das transferências foi de R\$ 390.592.264,40.

3.4.1.2 - Outras variações patrimoniais aumentativas

Diferentemente dos valores registrados em 2017 quando ocorreu a baixa do registro do valor da provisão de licença prêmio vencida de 12/2016 no valor de R\$ 172.464.919,07, neste exercício de 2018, houve o ingresso, em sua relevância, de valores relativos a imputação de multas que antes eram registradas no FAPRE (R\$ 6.235.794,56) além do registro do ressarcimento de pessoal à disposição do Governo do Estado (R\$ 1.585.104,63).

3.4.2 - Variação Patrimonial Diminutiva

3.4.2.1 - Pessoal e Encargos

Diversamente dos valores registrados em 2017 que contemplaram os encargos patronais sobre licença prêmio (R\$ 45.314.388,64), bem como a provisão sobre licença prêmio (R\$ 158.877.833,14), no exercício de 2018 não tivemos mais tais registros em decorrência de mudança do entendimento contábil.

3.4.2.2 - Transferências e delegações concedidas

No exercício de 2017, os duodécimos previstos foram integralmente repassados, havendo, no entanto, a necessidade de devolução ao Governo do Estado, do valor de R\$ 7.400.000,00.



Documento Assinado Digitalmente por: OS CARLOS DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO DE OLIVEIRA
Assinatura: http://e/fisco/cepa/epi/validar/DocAssinatura.aspx?Codigo_documento: 93127993-dbl6-4000-2018-c85b10ced100



No exercício de 2018, os duodécimos foram integralmente repassados até o mês de novembro, entando, em dezembro, o duodécimo já foi repassado a menor, tendo em vista a necessidade de devolução ao Governo do Estado do valor de R\$ 18.092.000,00, devido ao ajuste dos ressarcimentos de serviços cedidos.

3.4.2.3 - Outras variações patrimoniais diminutivas

A justificativa para esta variação significativa é reflexo da constituição de ajuste para perdas de créditos de liquidação duvidosa, decorrente da incorporação da UG FAPRE, no total de R\$ 21.018.040,33 oriundas das multas impostas aos gestores.

Recife, 26 de fevereiro de 2019.

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA
CONTADOR RESPONSÁVEL- CRC-PE 16.709/O-5

Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, MARCOS COELHO LORETO
Verifique em: <https://e.icepe.ic.br/epp/valida/Doc.seam> Código do documento: 93127993-dbl6-4080-a2b8-c85b70cd5104